



## **REQUERIMENTO Nº , de 2018 - CE**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o intuito de debater a “Formação de Professores”.

Para tanto, como debatedores, sugerimos os seguintes convidados:

- Priscila Cruz - Fundadora e Presidente Executiva do Movimento Todos pela Educação;
- Carmem Neves – Diretora de Formulação de Conteúdos Educacionais do Ministério da Educação (MEC);
- Bernadete Gatti – Pesquisadora Senior da Fundação Carlos Chagas;
- Eduardo Deschamps - Presidente do Conselho Nacional de Educação;
- Benedito Guimarães Aguiar Neto – Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em vista do anúncio do Ministério da Educação da nova Política Nacional de Formação de Professores com a criação de 190 mil vagas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), no Programa de Residência Pedagógica e na Universidade Aberta do Brasil (UAB), recursos investidos, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para o biênio 2018/2019, no último dia 28 de fevereiro, vimos propor audiência pública no âmbito da Comissão





de Educação do Senado Federal com os propósitos de: detalhar a ação do governo federal; esclarecer as oportunidades ofertadas à população; ouvir especialistas em educação, gestores públicos, iniciativa privada e contribuir com reflexões na reformulação dos cursos que visam formar novos docentes.

As oportunidades abertas pelo anúncio do governo garantem 45 mil vagas para PIBID, 45 mil vagas para a Residência Pedagógica e 100 mil vagas na UAB. Com esse investimento, o governo federal avança na valorização dos docentes no Brasil.

É dever do Legislativo acompanhar, fiscalizar e promover ações que visem a melhoria da política de fomento à educação, ainda mais diante da necessidade de reforçar ações para que a educação básica ofertada. Essa é prioridade para o país. O desafio é produzir com a nova política em andamento resultados como alunos com mais capacidade de leitura, pensamento crítico e raciocínio lógico.

O Brasil, de acordo com relatório sobre a crise da aprendizagem produzido pelo Banco Mundial, com dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), pode levar 260 anos para que seus estudantes atinjam a proficiência em leitura de alunos dos países ricos. Em matemática, a previsão é de que os brasileiros levarão 75 anos para chegar à pontuação média registrada nos países desenvolvidos.

As provas do Pisa são aplicadas a cada três anos, entre 35 países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seus parceiros, incluindo o Brasil.





**SENADO FEDERAL**

**Gabinete do Senadora MARTA SUPLICY**

Portanto, a realização de uma audiência pública em âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) pode resultar em recomendações à nova Política Nacional de Formação de Professores. Contribuições poderão ser encaminhadas ao MEC.

Sala da Comissão, de março de 2018.

**Senadora MARTA SUPLICY.**  
**(PMDB/SP)**



SF/18438.43061-93